



## BAHIA

# SOBRE AS ELEIÇÕES SINDICAIS: COLETA DE VOTOS PAROU NO 2º DIA. QUORUM NÃO FOI ATINGIDO

## COMISSÃO ELEITORAL DEFINIRÁ PROSSEGUIMENTO DA ELEIÇÃO O EDITAL PREVÊ 2º TURNO PARA 15, 16 E 17 DE AGOSTO



A coleta de votos das eleições do Sindvigilantes/BA, iniciada na quarta-feira, 27, foi interrompida logo após o meio dia da quinta, 28, acatando ordem judicial que determinou a troca da cédula de votação.

Com a nova cédula de votação impressa à eleição podia ser retomada na tarde de sexta, mas a Chapa 2 não concordou com a retomada do pleito.

Com o encerramento do prazo para a coleta de votos às 20hs de sexta-feira, 29, conforme o Edital da Eleição e sem que fosse atingido o quórum, a Comissão Eleitoral encerrou o primeiro turno do pleito e definirá na próxima segunda-feira os procedimentos para o seu prosseguimento.

O Edital de Convocação da Eleição já fixa datas para o primeiro, segundo e terceiro turnos, para o caso de falta de quórum ou empate entre as chapas no primeiro turno.

### O POR QUE DA INTERFERENCIA JUDICIAL

A interrupção judicial da eleição foi causada pela Chapa 2, que alegou na justiça a inelegibilidade do candidato Djalma Queiroz da Chapa 1, sob a alegação que seu vínculo de mais de 10 anos com a empresa Sevmax não foi comprovada, sem observar a sua condição de aposentado, o que lhe dá direito a concorrer, conforme o Estatuto, até porque as duas chapas tem outros candidatos aposentados.

Um primeiro recurso do candidato contra a decisão judicial monocrática (um juiz específico e não de um colegiado) foi negado, mas outros recursos são assegurados por lei.

O certo é que a categoria não pode abrir mão do seu direito de decidir os destinos do seu Sindicato, sem interferência da justiça ou de terceiros e sem medo do voto do trabalhador.

Evidente que a democracia tem custo, uma eleição é muito cara e todos são responsáveis pelos recursos da categoria.

O Sindicato está envidando todos os esforços para garantir a continuidade do pleito, a democracia e a livre manifestação da vontade da categoria.

**SINDICATO É DOS VIGILANTES!**

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

# **Sindicato é recebido pelo gestor do contrato ASC/Anvisa para tratar de atrasos de pagamentos e benefícios**



Os vigilantes que prestam serviço na ANVISA pela empresa ASC Segurança vivem em constante angústia, diante dos sucessivos atrasos de pagamento e demais benefícios como férias, tíquete alimentação, dentre outros.

Para se ter uma ideia do drama vivido pelos vigilantes, aqueles que saíram de férias no dia 27 de junho, já retornaram ao trabalho e nada de receberem suas férias. Uma empresa que coloca uma média de cinco (05) vigilantes de férias por mês e não tem capital de giro para pagar seus empregados, não tem condições de continuar atuando de forma tão irresponsável.

Diante desses atrasos, o Sindicato dos Vigilantes formulou nove (09) denúncias contra a empresa. E no dia 28/07 fomos recebidos pelo gestor do contrato que nos informou que a ANVISA já aplicou três (03) punições contra

a ASC Segurança e outras seis (06) estão em investigação.

Nos informou, também, que a ANVISA vai liberar a conta vinculada referente ao pagamento das férias para que a empresa ASC pague as férias atrasadas de seus empregados com o compromisso de encaminhar à ANVISA, no prazo de três dias (03), os comprovantes de que realmente pagou os empregados, sob pena de ser punida.

E por fim, uma boa notícia: Fomos informados pelo gestor que em breve haverá um processo de licitação para contratar nova empresa e esperamos que esses atrasos fiquem no passado e os vigilantes possam trabalhar e receber os salários conforme determina a legislação vigente.

**FONTE: SINDESV DF**

# Auxílio-doença dispensa perícia médica se espera passar de 30 dias

**Portaria publicada nesta sexta-feira (29/7), no Diário Oficial da União (DOU), flexibiliza regra para concessão do benefício**

Vinícius Schmidt/Metrópoles



Portaria publicada nesta sexta-feira (29/7) determina que a concessão do auxílio-doença por incapacidade temporária poderá ser feita sem a necessidade de perícia médica, caso o tempo de espera para o procedimento seja superior a 30 dias.

A norma foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), pelo Ministério do Trabalho e Previdência e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A portaria regulamenta uma medida provisória de 20 de abril, que promovia mudanças na análise e concessão de benefícios do INSS.

O benefício, agora, pode ser liberado após a análise documental, feita pela Perícia Médica Federal a partir da apresentação de atestado ou laudo médico, constando as seguintes informações:

- nome completo;
- data de emissão do documento, que não poderá ser superior a 30 dias da data de entrada do requerimento;
- informações sobre a doença ou CID;
- assinatura do profissional que emitiu o documento e carimbo de identificação, com registro do Conselho de Classe;
- data de início do repouso e o prazo estimado necessário.

O auxílio-doença concedido sem perícia médica terá duração máxima de 90 dias.

A portaria só terá vigência por 30 dias, prorrogáveis por ato conjunto do Ministério do Trabalho e Previdência e do INSS.

Para quem optar por essa modalidade, não há como recorrer do resultado da análise documental e só poderá solicitar uma nova avaliação após 30 dias da última análise.

Caso não haja a possibilidade de concessão do benefício por meio da análise documental, seja por não atender aos requisitos da portaria ou por ultrapassar o prazo máximo de duração, o beneficiário pode se submeter ao exame médico-pericial.

O cidadão que tinha a perícia médica agendada também poderá optar pelo procedimento da análise documental

**FONTE: METROPOLES – Daniela Santos**

# Negociações sobre segurança bancária não avançam

**Bancos queriam que bancários apoiassem a retirada de sistemas de segurança e vigilantes, bancários se recusaram e propuseram a criação de um GT para debater o tema; bancos se negaram a continuar o debate**



O Comando Nacional dos Bancários se reuniu, nesta quinta-feira (28), com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), para dar continuidade às negociações da Campanha Nacional dos Bancários 2022. Em pauta a segurança nos bancos. “O tema é bastante sensível e temos que debater com toda sinceridade e responsabilidade que o mesmo requer”, disse o coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Elias Hennemann Jordão, ao propor a criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico para discutir a questão e elaborar uma nova redação para as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria que tratam sobre segurança bancária. No decorrer da reunião, diversos membros do Comando apresentaram argumentos insistindo na criação do GT, mas os bancos se recusaram a debater o tema.

A presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (Seeb/SP), Ivone Silva, que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, lembrou

que, em desrespeito às legislações, os bancos estão retirando portas de segurança e vigilantes de agências levando em conta a redução dos assaltos a bancos. “Hoje vemos outras modalidades de violência, que muitas vezes não têm a ver com os assaltos, mas com as agressões sofridas por bancárias e bancários”, observou.

A Fenaban alega que houve redução de 98,5% no número de assaltos a agências e postos bancários de 2000 a 2021 e propõe que a representação dos trabalhadores se juntem aos bancos e atuem contra as normas estaduais e municipais de segurança, que exijam aparatos de segurança além dos previstos na Lei 7.102/1983, que regulamenta a segurança bancária.

“Os casos reduziram justamente por causa dos sistemas de segurança, não há porque mexer em time que está ganhando”, disse Ivone. “Além disso, com o aumento dos registros e da venda de armas nos últimos anos no país, não vai demorar muito para que, nestas agências sem aparatos de segurança, as agressões descambem para situações mais graves”, completou.

Justamente por este fato, Elias considera a proposta apresentada pela Fenaban totalmente inoportuna. “Dada a conjuntura, existe uma preocupação com a retomada da violência. Por isso, entendemos que, se abrirmos mão de aparatos de segurança e de vigilantes neste momento, estaremos colocando em risco a categoria e os clientes. Acreditamos que temos que avançar na questão da segurança e não retroceder”, disse, lembrando que a retirada de

portas de segurança e de vigilantes das agências bancárias desrespeita legislações específicas de estados e municípios e que existem várias decisões judiciais que condenam os bancos a pagarem multas pelo descumprimento das leis.

### **Vida X Patrimônio**

Segundo dados dos bancos, em 2021, apenas 3% das transações bancárias foram realizadas em agências bancárias e, por isso, não há porque fazer tanto alarde na retirada de portas de segurança e vigilantes das agências. Mas, um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), aponta que, ainda que em números relativos as transações via agências tenham perdido espaço, 48% delas são com movimentação financeira e que isso demonstra a importância de haver sistemas de segurança e vigilantes em qualquer tipo de agência bancária.

Ivone Silva ressaltou que existem diversos perfis de clientes, como aqueles que não têm sequer um smartphone e muitos não têm como pagar um plano de internet e que, em muitas localidades do país, o não há sinal de internet. “Além disso, temos que dizer que muitos clientes ‘saíram’ das agências porque não existem funcionários suficientes para atendê-los. Além disso, ele é empurrado para o autoatendimento e para o internet banking, pois sequer consegue pagar todas as contas nas agências. Muitos clientes são expulsos das agências. Os bancos querem, na verdade, os clientes de grande poder aquisitivo”, disse.

A secretária geral do Seeb/SP, Neiva Maria dos Santos, lembrou que, além dos assaltos, existem muitos relatos de violência sofridas por bancárias e bancários no dia a dia do trabalho nas agências. “Seja por causa do estresse devido ao tempo de espera nas filas, seja por outro motivo, alguns clientes pegam os trabalhadores para ‘acertar a conta’, como se eles fossem responsáveis pelos problemas de atendimento gerados pela falta de estrutura física ou de pessoal”, disse. “Por isso, ao falarmos de segurança bancária, não podemos levar em conta apenas a proteção patrimonial. Temos que discutir tendo em conta questões de condições de trabalho, com trabalhadores

tendo que lidar dos problemas do dia a dia e ainda lidar com a questão da segurança patrimonial e a sua própria e de seus clientes devido à falta de aparatos de segurança e a ausência de vigilantes”, completou.

### **Grupo de trabalho**

Para Juberlei Bacelo, da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Rio Grande do Sul (Fetrafi-RS), mesmo nos novos modelos de agência continua havendo riscos e os bancos devem negociar antes de tomar medidas que reduzam a segurança mesmo nas chamadas unidades de negócios. “Nos é cobrado de negociar antes de tomar qualquer medida, mas os bancos, infelizmente, vêm descumprindo a legislação, sem nenhum tipo de negociação com o movimento sindical”, disse. “Ninguém quer impedir novos modelos, mas não se pode simplesmente descumprir a lei. É preciso haver negociação coletiva. Queremos juntos buscar soluções”, completou.

O coordenador Elias Jordão lembrou também que é preciso incluir os vigilantes no debate. “Uma negociação somente entre bancos e bancários não poria fim ao conflito, pois estaríamos deixando a categoria dos vigilantes na berlinda e eles podem se contrapor ao que negociarmos. Por isso, propomos a criação de GT tripartite para debatermos o tema”, propôs.

A Fenaban recusou a proposta de criação do GT e disse que está aberta a debater o tema até o final de agosto e, caso contrário, assumirá a responsabilidade por tocar a pauta de acordo com seus interesses.

### **Próxima negociação**

A próxima reunião de negociações entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban está marcada para segunda-feira (1º de agosto) para debater sobre saúde e condições de trabalho.

FONTE: CONTRAF

# Santander contribui com crise e ainda tem lucros elevados

**Lucro do banco já ultrapassa os R\$ 8 bilhões somente no primeiro semestre deste ano**



O lucro líquido gerencial do Banco Santander foi de R\$ 4,084 bilhões no segundo trimestre de 2022, o que representa redução de 2,1% em relação ao mesmo período de 2021 e aumento de 2% em relação ao trimestre anterior. No semestre, o lucro alcança os R\$ 8.089 bilhões, queda de 0,5% em comparação aos seis primeiros meses do ano passado. O retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado (ROE) do banco foi de 20,7%, com queda de 0,4 ponto percentual (p.p.) em 12 meses. O lucro no Brasil representou 27,9% (€ 1,365 bilhão) do banco global (€ 4,894 bilhões), que apresentou

alta de 16% em 12 meses.

A Carteira de Crédito Ampliada no país teve alta de 4% no trimestre (6,4% em 12 meses), atingindo R\$ 543 bilhões. As operações com pessoas físicas cresceram 14% em 12 meses (R\$ 216,4 bilhões). O crescimento nesse item se deu em todas as linhas, mas foram impulsionadas por crédito pessoal (+25%) e cartão de crédito (+22%). A Carteira de Financiamento ao Consumo, originada fora da rede de agências, somou R\$ 65,7 bilhões, com alta de 5,7%, em relação a junho de 2021. Desse total, R\$ 57,1 bilhões (87%) referem-se a financiamentos

de veículos para pessoa física (+1,3% em 12 meses). O crédito para pessoa jurídica caiu 0,7% em 12 meses, alcançando R\$ 186,5 bilhões. O segmento de pequenas e médias empresas cresceu 6,7% nesse período, e o de grandes empresas reduziu 4,1%.

O Índice de Inadimplência Total superior a 90 dias, que inclui pessoa física e jurídica, ficou em 2,9%, alta de 0,7 p.p. em comparação ao primeiro semestre de 2021. Já as despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa (PDD) foram incrementadas em 54,6%, acompanhando a mudança no mix de produtos do banco (especialmente, para pessoa física), e totalizaram R\$ 10,9 bilhões em junho de 2022.

Para a coordenadora da Comissão Organizadora de Empregos (COE) do Santander, Lucimara Malaquias, “a redução do lucro, o aumento da inadimplência e aumento da PDD são resultados da política do atual governo federal e do próprio Santander, que apostam na desigualdade, na demissão, nos juros e tarifas extorsivos, que aprofundam a pobreza e a

exclusão. Ou seja, é o reflexo de uma economia estagnada, associada a alta inflação que penaliza parcelas importantes da sociedade”, destacou. “A contrapartida social com geração de empregos e distribuição adequada dos lucros tem sido pauta permanente do movimento sindical”, completou Lucimara.

A receita com prestação de serviços mais a renda das tarifas bancárias reduziu 0,6% em 12 meses, e ficou em R\$ 9,5 bilhões. As despesas de pessoal mais PLR cresceram 10,3% no ano, somando R\$ 4,9 bilhões. Assim, em junho de 2022, a cobertura dessas despesas pelas receitas secundárias do banco foi de 194,5%.

A holding encerrou o primeiro semestre de 2022 com 48.406 empregados, com abertura de 1.980 postos de trabalho em 12 meses. Só no trimestre foram encerrados 684 postos de trabalho. E, em 12 meses, foram fechadas 327 agências e 105 PAB's, sendo que, no segundo trimestre do ano, foram encerradas 49 agências e 23 PAB's.

Itens	1sem2022	1sem2021	Varição
Ativos Totais	986.589	940.912	4,9%
Carteira de Crédito Ampliada	542.977	510.314	6,4%
Patrimônio Líquido	80.335	79.024	1,7%
Lucro Líquido Gerencial	8.089	8.126	-0,5%
Rentabilidade (LL/PL)	20,7%	21,1%	-0,4 p.p.
Taxa de Inadimplência (>90dias)	2,9%	2,2%	0,7 p.p.
Receita das Operações de Crédito	36.103	25.417	42,0%
Receitas com Títulos e Valores Mobiliários	6.291	1.780	253,3%
Despesas de Captação	-19.690	-5.108	285,5%
Resultado com Empréstimos e Repasses	4.695	3.274	43,4%
Despesas de PDD	-10.920	-7.064	54,6%
Receita de Prestação Serviços e Tarifas	9.499	9.552	-0,6%
Despesa de Pessoal (+PLR)	-4.883	-4.426	10,3%
Cobertura Desp. Pessoal / Receita Prestação de Serviços	194,5%	215,8%	-21,3 p.p.
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.349	13.854	-18,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-2.288	-5.927	-61,4%
Basileia	14,2%	14,7%	-0,5 p.p.
Agências	1.738	2.065	-327
PAB's	1.294	1.399	-105
Número de Empregados	48.406	46.426	1.980

Fonte: Demonstrações Financeiras do Banco Santander (2º trimestre de 2022). Em milhões.  
Elaborado pela Rede Bancários – OIeese.

FONTE: CONTRAF

# Câmara volta do recesso com agenda de MPs e teletrabalho na pauta de votação

## Texto mexe também com vale-alimentação. Centrais sindicais defendem negociação coletiva

Antonio Cruz/Agência Brasil



### Fim do recesso: pauta inclui sete medidas provisórias

A Câmara retoma atividades nesta segunda-feira (19), às 17h, após o período de recesso parlamentar, com pauta carregada de medidas provisórias, incluindo a que trata do teletrabalho. A Medida Provisória 1.108/22 mexe também com regras do auxílio-alimentação. Representantes das centrais sindicais fazem ressalvas ao texto.

De acordo com a Agência Câmara, esta será uma semana de “esforço concentrado” de votações. Entre os itens em pauta, estão sete MPs, duas das quais vencem já na primeira semana do mês. Estão previstas votações na terça (2) e na quarta-feira, às 13h55, e a partir das 9h nos dois dias seguintes.

#### Contrato individual

Apresentada no final de março, a MP 1.108 pretende dar “segurança jurídica”, como repete o governo. Um dos artigos estabelece que o teletrabalho “deverá constar expressamente em contrato individual de trabalho”. Além disso, o acordo pode tratar de horários e formas de comunicação, desde que respeitados os repousos legais. Categorias profissionais

tentam regulamentar a modalidade, mas de forma coletiva. Os bancários, exemplo, estão em negociação com o setor patronal.

Em relação ao vale-alimentação, o texto determina que seja destinado exclusivamente ao pagamento de refeição em restaurantes ou de gêneros alimentícios comprados no comércio. “O governo alega que a regra visa impedir que o auxílio, que tem tratamento tributário favorável, seja destinado à aquisição de produtos não relacionados à alimentação”, diz a Agência Câmara.

#### Participação sindical

Em nota, as centrais pedem “participação sindical nas negociações dos diversos assuntos relativos aos direitos dos trabalhadores”. É o caso da MP 1.108. Para as entidades, valor e formas de pagamento do auxílio-alimentação, “que tem como objetivo melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, bem como o que se refere as formas e condições referentes ao teletrabalho devem ser objeto de negociação coletiva”.

Assim, os sindicalistas sustentam que qualquer alteração nas regras trabalhistas precisar ter a presença de quem representa os empregados. “O fortalecimento da negociação coletiva é o melhor caminho para o avanço e democratização da relação capital e trabalho”, diz a nota. O documento é assinado por Sérgio Nobre (CUT), Miguel Torres (Força Sindical), Ricardo Patah (UGT), Adilson Araújo (CTB), Oswaldo Augusto de Barros (Nova Central), Álvaro Egea (CSB), José Gozze (Pública) e Nilza Pereira Almeida (Intersindical).

FONTE: RBA

# Funcionários do BB cobram portas giratórias e vigilantes em todas as unidades

**Banco retira equipamentos de segurança de lojas BB e sobrecarrega ainda mais funcionários com a responsabilidade sobre a própria segurança**



Os funcionários do Banco do Brasil não abrem mão de portas giratórias e de vigilantes nas agências, independente do modelo de negócios. A reivindicação contra o enfraquecimento do sistema de segurança, especialmente nas chamadas “agências conceito” ou “lojas” do BB foi destaque da mesa de negociação sobre Segurança Bancária, que aconteceu na manhã desta sexta-feira (29), entre Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e o banco.

“O banco argumenta que, no modelo das lojas, não há transação suficiente de dinheiro que justifique a instalação de portas giratórias e contratação de vigilantes. Mas nós não temos que olhar apenas a perspectiva da segurança patrimonial. Para o público em geral, a loja não deixa de ser um banco”, destacou o coordenador da CEBB, João Fukunaga. “Me pergunto, portanto, se quando um cliente ou funcionário for agredido ou tiver seus bens furtados dentro das dependências do BB, de

quem será a responsabilidade? O banco quer correr esse risco jurídico?”, completou.

A diretora da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Rio Grande do Sul (Fetrafi-RS), Priscila Aguirres, trouxe à mesa caso recente de Porto Alegre. “Foi na loja da Praça da Alfândega, que tem apenas quatro funcionários, além do gestor. Um morador de rua entrou no espaço e ficou gritando, exigindo atendimento. O gestor tentou atendê-lo, mas o homem continuou a gritar e não conseguia se fazer entender. Conforme o tempo ia passando, a situação causando mais tensão e medo entre os clientes e funcionários. A polícia foi acionada, mas demorou uma hora para chegar e retirar o morador de rua do local”.

Getúlio Maciel, representante da Fetec-CUT/SP na CEBB, observou que faltam ao BB bases técnicas para justificar a retirada de portas giratórias e de vigilantes nas agências. “Dou como exemplo da agência da Vila Mariana, transformada em loja. A segurança pública de São Paulo aponta que, neste ano, houve aumento de 67% do número de furtos e crimes na região”, relatou. “Se é economia que o banco procura, esse tipo de economia me parece pouco inteligente. O mesmo banco que comemora lucros fantásticos está colocando vidas em risco e esse é nosso mote nesta reunião”, prosseguiu.

A representante dos trabalhadores do BB do Rio de Janeiro e Espírito Santo na CEBB,

Goretti Barone, arrematou: “A função do vigilante é fundamental. Ele é treinado para prestar atenção em situações de segurança. Ao contrário dos funcionários, que precisam estar atentos ao atendimento”.

Desta forma, os trabalhadores concluíram que a redução dos mecanismos de segurança nas agências atinge o debate sobre a saúde e condições de trabalho, especificamente a saúde mental dos funcionários do BB, pelo aumento da insegurança no ambiente de trabalho.

### **Negociações não avançam**

Os representantes da empresa insistiram que a “atualização” do esquema de segurança nas lojas BB responde às “novas tecnologias”, seguindo o encaminhamento da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) que, na última reunião, se negou a atender às reivindicações dos bancários de recompor os sistemas de segurança e vigilância.

Sobre os demais temas colocados na mesa, o banco disse que irá analisar as exigências dos trabalhadores e trazer seu posicionamento nos próximos encontros.

### **Próximas reuniões**

Terça-feira – 2 de agosto – Cláusulas sociais

Quinta-feira – 4 de agosto – Teletrabalho

Terça-feira – 9 de agosto – Saúde e Condições de Trabalho

Sexta-feira – 12 de agosto – Cláusulas Econômicas

Quarta-feira – 17 de agosto – Representação

**FONTE: BANCARIOS SP**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF